

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.132.157 - RS (2017/0165520-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : JONAS LUDWIG DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : DANIELA DINNEBIER - RS032016**  
**ANTÔNIO GILBERTO ORTEGA HARTZ JÚNIOR - RS058423**  
**AGRAVADO : UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA -**  
**UBEA - HOSPITAL SÃO LUCAS DA PONTIFÍCIA**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADA : LAURA MACEDO SITTONI E OUTRO(S) - RS048633**  
**AGRAVADO : ERASMO DE ABREU ZARDO**  
**ADVOGADO : MARIA CRISTINA DE CARVALHO SOARES E OUTRO(S) -**  
**RS024310**  
**INTERES. : CELSO LUIS SCHIO**  
**INTERES. : RUBENS MILLMANN**  
**ADVOGADO : MARIA CRISTINA DE CARVALHO SOARES - RS024310**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por JONAS LUDWIG DE OLIVEIRA em face da decisão acostada às fls. 1038-1045 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 899-919 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. NULIDADE APONTADA PELO STJ NO ACÓRDÃO QUE JULGOU AS APELAÇÕES INTERPOSTAS PELAS PARTES. RETORNO DOS AUTOS AO TJRS. "VICIO" SANADO NO PRESENTE. MANTIDO O ENTENDIMENTO DE QUE A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C PEDIDO DE PENSÃO VITALÍCIA É IMPROCEDENTE.

Rejeitadas preliminares de nulidade da sentença, por julgamento "extra-petita" e por Afronta ao arts. 131, 436 e 458, inc. II, do CPC/73, e de juntada intempestiva de documentos.

Aplicação do princípio da livre apreciação da prova (art. 131, CPC/73). Ônus da prova. Caso concreto.

Erro médico não configurado. Ônus que competia ao autor, conforme disposto no art. 333, I, do CPC/73.

Ressarcimento indevido.

Comprovação pericial de que antes da cirurgia a parte autora já se encontrava em péssimo estado de saúde e era indicada a realização da cirurgia porque a progressão da sua deformidade na coluna poderia levá-lo a morte, já que os seus pulmões e coração estavam sendo pressionados pela coluna vertebral.

Ônus sucumbenciais. redimensionamento.

DERAM PROVIMENTO AO PRIMEIRO E AO TERCEIRO APELOS, PREJUDICADO O EXAME DO SEGUNDO APELO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração (fls. 924-935 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 949-954 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 958-992 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 535, inc. II, do CPC/73, porquanto não sanada omissão apontada nos aclaratórios; (ii) artigo 334, inc. III e IV, do CPC/73, sustentando a existência de fatos incontroversos não considerados pela Corte de origem. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 1018-1019 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de omissão na decisão recorrida, bem como por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 1048-1065 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1069-1077 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos pois teria deixado de se manifestar "*sobre as inúmeras provas que sustentaram a sentença de procedência*" (fl. 981 e-STJ).

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local emitiu sua conclusão a partir da apreciação do conjunto probatório (fls. 913-917 e-STJ):

Do exame detido dos autos, estou por concluir na mesma linha do julgamento anulado, que adequadamente analisou as preliminares e suficientemente tratou do mérito. A fim de se evitar indesejável tautologia, adoto aquela fundamentação como razões de decidir:

[...]

*Com efeito, após minuciosa análise da prova coligida ao feito, entendo que, no caso concreto, não houve erro médico a ensejar a indenização postulada na inicial, ônus que competia ao autor, conforme disposto no art. 333, inc. I, do CPC.*

*Ao que se observa pela leitura do laudo pericial de fls. 86/91, quando o autor procurou atendimento médico e foi encaminhado ao demandado*

*Hospital São Lucas - PUC, mantendo contato com o também requerido Dr. Erasmo Zardo, já estava em péssimo estado de saúde, pois a sua doença, denominada deformidade torácica idiopática, conhecida como dorso curvo do adolescente, se encontrava em estágio avançado.*

*Naquela ocasião, o autor foi aconselhado a realizar as cirurgias corretivas em discussão porque a progressão da sua deformidade na coluna poderia levá-lo à morte, já que os seus pulmões e coração estavam sendo pressionados pela coluna vertebral.*

*Restou evidenciado que o demandante foi expressamente advertido dos riscos existentes na realização da cirurgia, isto é, que havia risco de vida e de paralisia das pernas e, inclusive, óbito, em razão da complexidade e delicadeza do procedimento cirúrgico que seria efetuado, fatos expressamente narrados e confirmados pelo próprio menor ao ser entrevistado pelo perito do DMJ.*

*As alegações expendidas pelo autor de negligência no pós-operatório e demora na realização do procedimento para a retirada do implante e descomprimir a medula não merecem acolhida.*

*A prova dos autos é uníssona em demonstrar que a cirurgia em dois tempos foi realizada dentro da técnica adequada ao caso concreto, sendo de se ressaltar que o demandante foi advertido da possibilidade de ocorrerem complicações e de vir a acontecer, inclusive, o resultado negativo obtido com a cirurgia, seja, a paralisia dos membros inferiores, apenas da circunstância jamais considerada de que o paciente, bem ou mal, está vivo, e provavelmente não estivesse se não se submetesse à cirurgia.*

*E não quedou provada a existência de erro médico. Tampouco houve negligência médica ou omissão dolosa na espécie.*

*Além disso, o demandante possuía vários problemas de saúde, tendo pré-disposição para adquirir infecções e inclusive já chegou infectado ao nosocômio requerido.*

*Diante destes fatos, inviável a responsabilização dos réus, já que não demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, devendo ser afastada a indenização por dano moral deferida pela sentença.*

*Pelos mesmos motivos, restam prejudicados os pedidos de majoração do "quantum" indenizatório e de fixação de pensão vitalícia mensal então formulados pelo autor, ora segundo apelante."*

No caso, também a fim de evitar oposição de embargos de declaração, embasado, novamente, na alegação de que não houve exame das provas constantes nos autos, deixo claro que todas as nuances do caso foram examinadas e ponderadas, tendo este Tribunal formado sua convicção, que é livre, pela inocorrência de erro médico e, consequentemente, pela inexistência do dever de indenizar pelas rés, o que deve ser absorvido e aceito pelo demandante. Gize-se: na espécie, houve efetiva prestação jurisdicional, tendo o autor, compreensivelmente, se sentido injustiçado. Todavia, a tentativa de impor a este Colegiado a adoção forçada de sua tese como única solução possível ao caso, não é de ser admitida, sob pena de as estruturas lógica e jurídica das decisões judiciais estarem sempre vulneráveis ao sabor do entendimento da parte. [grifou-se]

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO

BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Ademais, o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do livre convencimento motivado, que possibilita ao juiz a livre apreciação/valoração das provas colacionadas aos autos, decidir sobre a necessidade de sua produção em face das já existentes, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

Este, inclusive, é o entendimento firmado no âmbito desta Corte, conforme se depreende dos seguintes precedentes: **AgInt no AREsp 1040522/SP**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017; **REsp 1309972/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 08/06/2017; **AgRg no AREsp 641.921/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 21/08/2015.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. Em relação ao dissídio suscitado, o recorrente não logrou êxito em demonstrar, através do cotejo analítico realizado, a similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma.

Ressalta-se que, ainda que a divergência interpretativa tenha sido apontada em relação ao artigo 535 do CPC/73, o debate gira em torno da apreciação de provas, não sendo possível aferir similitude entre duas decisões que tratam desta questão, uma vez que a análise de provas diz respeito, unicamente, àquele caso concreto.

A demonstração do dissídio, como a realização de cotejo analítico pressupõe a exposição, de forma argumentativa, da similitude fática entre os arestos recorrido e paradigma, demonstrado haver oposição de teses jurídicas.

No caso, não sendo possível a aferição de similitude fática, não há como apurar eventual oposição de teses, de modo que se torna inviável a admissão do apelo extremo. Nesse sentido, citam-se precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 535, II, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. AFRONTA A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VIA INADEQUADA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VGBL. DIREITO QUE NÃO INTEGRA O ACERVO HEREDITÁRIO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS Nº 5 E 7/STJ.

[...]

5. Para a caracterização do dissídio jurisprudencial, é necessária a demonstração da similitude fática e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1618680/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 11/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONDOMÍNIO. SÍNDICO. PERÍODO DE ADMINISTRAÇÃO. DEVER DE PRESTAR CONTAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA.

[...]

3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1152129/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018)

3. No que se refere à tese de violação ao artigo 334, inc. III e IV, do CPC/73, sustenta o insurgente a existência de fatos incontroversos não considerados pela Corte de origem.

Aduz que colacionou aos autos doutrina médica que "*comprovam a imperiosidade do acompanhamento no pós-operatório em cirurgias como a que se submeteu o Recorrente*" (fl. 987 e-STJ), e que tais documentos não foram impugnados, de modo que "*os fatos restaram incontroversos*" (fl. 988 e-STJ).

Todavia, conforme transcrito acima, a Corte de origem concluiu, em análise ao acervo probatório dos autos, que não foi comprovada a negligência no pós-operatório, bem como que "*a prova dos autos é uníssona em demonstrar que a cirurgia em dois tempos foi realizada dentro da técnica adequada ao caso concreto*" (fl. 916 e-STJ).

Ou seja, em momento algum a Corte local desconsiderou a importância do pós-operatório. Em realidade, entendeu não ter sido demonstrada, no caso, a negligência médica.

Por outro lado, a doutrina médica coligida aos autos, por mais que possa comprovar a importância do pós-operatório, obviamente, não é capaz de demonstrar que, no caso concreto, as complicações ocorreram por não ter sido observado o cuidado necessário nesta fase.

Em síntese: a não impugnação dos documentos (no caso, literatura médica) não tem o condão de tornar incontroversa a alegação do insurgente de que, no caso, houve negligência do pós-operatório.

Neste sentido, a fundamentação recursal não é capaz de demonstrar que houve negligência no caso, ou que este fato seria incontroverso.

Ao mesmo tempo, enquanto o Tribunal *a quo* afirma que, no caso concreto, não foi demonstrada negligência ou omissão, o recorrente pautou seu recurso na doutrina médica sobre a importância do pós-operatório, que não é capaz de afastar a conclusão a

que chegou a Corte local.

Infere-se, portanto, que o fundamento da decisão impugnada não foi propriamente atacado nas razões do apelo extremo, caracterizando, assim, a deficiência na fundamentação no recurso especial, incidindo, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284 do STF.

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a discrepância entre as razões recursais e os fundamentos do acórdão recorrido obsta o conhecimento do recurso especial, ante a incidência, por analogia, do teor das Súmulas 283 e 284 do STF. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

1. Admissível o agravo interno, apesar de não infirmar a totalidade da decisão monocrática recorrida, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação a capítulos autônomos da decisão apenas induz à preclusão das matérias não discutidas.

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a ausência de fundamentação não deve ser confundida com a adoção de razões contrárias aos interesses da parte, assim, não há violação ao artigo 489 do CPC/15 quando a Corte de origem decide de modo fundamentado, como ocorre na hipótese, Precedentes.

3. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

4. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pelo recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a insuficiência de provas quanto ao bem ser o único da família ou servi-lhe de residência ou, ainda, de subsídio para essa. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1215038/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A apresentação, no recurso especial, de razões dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 590.018/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. RAZÕES RECURSAIS. DISSOCIAÇÃO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, CPC/2015. INAPLICABILIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. PUBLICAÇÃO ANTERIOR.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. O Enunciado Administrativo nº 7 do Superior Tribunal de Justiça deliberou que somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 860.337/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

Desta forma, considerando que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas do fundamento adotado pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial (Súmula 284/STF) e a falta de impugnação específica do *decisum* (Súmula 283/STF), torna-se inviável o seguimento do recurso especial.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator